

Almino faz manifesto e defende os 4 anos para o presidente Sarney

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

O vice-governador de São Paulo, Almino Affonso, divulgou ontem na sede da executiva estadual do PMDB documento em que apela para que os pemedebistas "históricos" e os membros do Movimento de Unidade Progressista (MUP) não abandonem o partido, o que, segundo ele, "deixaria espaço para o retrocesso político". Almino lançou a idéia de um plano de emergência, a ser elaborado por diversos setores da sociedade e seguido pelo governo e defendeu o man-

dato de quatro anos para o presidente José Sarney.

"Não estou anunciando uma conspiração em marcha, mas é preciso que tomemos consciência de que é urgente sair do atoleiro onde estamos", disse o vice-governador para defender a idéia do plano de emergência. Segundo ele, a crise econômica é um problema mais urgente do que a eleição presidencial, pois "antes de trabalharmos candidaturas é fundamental saber se nós atravessaremos o ano. Mesmo se tivermos eleição em novembro, é tempo demais para enfrentar a crise".

A partir de hoje, Almino começa uma maratona por nove estados (Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás) para divulgar seu documento, que tem vinte páginas, divididas em sete temas. Ele disse que não pedirá o apoio dos governadores ao texto — "eu assumo a responsabilidade pelo documento, ele é meu" — nem para o mandato de quatro anos. Mesmo assim, o vice-governador admitiu que, caso consiga alguma adesão a tese dos quatro anos, "tudo bem, eu já consideraria isso uma vitória".

O governador Orestes Quêrcia, que mantém sua posição de não interferir na decisão da Assembleia Constituinte a respeito do mandato, "considera o documento muito bom e me dá seu aplauso", declarou Almino, que explicou em seguida: "Exceção feita ao mandato, em que ele se reserva o direito de ter posição própria".

Para o vice-governador, "a principal tarefa hoje do PMDB continua sendo levar a bom termo a transição democrática".

PREFEITURA

O secretário estadual de Obras, João Osvaldo Leiva, participou do lançamento do documento de Almino. Ambos negaram notícia veiculada ontem, segundo a qual o governador estaria retirando seu apoio à candidatura de Leiva para a prefeitura de São Paulo por causa do vice-governador.

Cardoso sugere rápida definição para as emendas econômicas

por Yves Léon Winandy de São Paulo

O governador Newton Cardoso, de Minas Gerais, considera que a Assembleia Nacional Constituinte deveria definir, o mais rapidamente possível, as grandes regras da economia brasileira, permitindo que as empresas — nacionais ou estrangeiras — pudessem voltar a ter confiança em investir no Brasil. De acordo com ele, o País não tem condições internas de gerar o volume de poupança necessário ao seu desenvolvimento, sendo imperativa a adoção de normas que facilitem a entrada do investimento estrangeiro.

"É necessária a atração do investimento externo para criar empregos (no Brasil)", afirmou o governador ontem, a este jornal, por volta das 10h30, durante viagem aérea que o trouxe à capital paulista. Na cidade, sua agenda previa uma série de visitas a órgãos de comunicação e um novo encontro com o governador Orestes Quêrcia.

A atração do capital estrangeiro é apenas um dos componentes-chave da equação que, segundo Cardoso, deveria ser adotada pelo governo (e pelo Legislativo) para voltar a colocar o País na rota do crescimento econômico. Além dele, incluem-se uma retomada do controle de preços de vários setores pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP); o controle dos gastos públicos; a adoção de "tarifas realísticas" para os produtos e serviços públicos; e a restrição da atuação dos bancos oficiais.

"O CIP deveria voltar a controlar, gradualisticamente, os preços dos produtos da indústria de base, automobilística, do aço, dos gêneros alimentícios e dos supermercados", explicou. Na sua opinião, esse controle deveria ser feito por setores, e não globalmente, para toda a área industrial, "à semelhança do que foi feito em 1967".

No caso do setor público, deveriam ser aplicadas sempre "tarifas realísticas", baseadas nos custos dos bens e serviços fornecidos pelo segmento. "Deve-se acabar com os subsídios



Newton Cardoso

e controlar o custeio público — não o déficit público (categoria muito indefinida)", afirmou o governador.

Para procurar reduzir a espiral inflacionária, disse, dever-se-ia também fixar os juros da poupança, "e do over", a um patamar abaixo do alcançado pela inflação.

A diminuição do âmbito de atuação dos bancos oficiais — quer estaduais, quer federais — foi também defendida por Cardoso como uma das medidas necessárias para sanear a economia. "Onde há agência do Banco do Brasil, não há razão para ter uma da Caixa Econômica Federal, ou do Banco do Nordeste. Onde há uma agência do Bemge (Banco do Estado de Minas Gerais) não há razão para ter uma da Minascaixa (Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais)", comentou.

"Eu quero a unificação (dos bancos estaduais mineiros) para o bem de Minas", disse, ao tratar especificamente da questão dos bancos Credireal e Minascaixa — sob intervenção do Banco Central — e Agrimisa e Bemge. Segundo ele, essa unificação, ainda não totalmente definida, deverá ser realizada ainda neste primeiro semestre. "Estamos andando bastante (evoluindo positivamente) em nossas conversações com o Banco Central", avaliou.

A demora na definição dessa questão, esclareceu, deve-se a que o que for decidido para Minas deverá valer para todos os demais estados da Federação. "O caso de Minas vai servir de

"O mandato é secundário"

por Yves Léon Winandy de São Paulo

Definir a questão econômica (as regras da economia brasileira) é, agora, mais importante do que definir a questão do mandato do atual presidente da República. A opinião é do governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, e foi divulgada ontem à noite, em São Paulo, durante entrevista à imprensa concedida no hotel Maksoud Plaza.

"Atualmente, o mandato é uma questão secundária para a Assembleia Nacional Constituinte. Sou favorável aos cinco anos para o atual presidente

da República, mas considero que a evolução da situação econômica, com a aceleração da inflação, tornou prioritário, de um mês e meio para cá, que se procure colocar em votação a ordem econômica, antes que a situação do País piore", esclareceu.

Newton Cardoso disse continuar defendendo cinco anos de mandato para o presidente José Sarney e que "não muda" de idéia, nem em função da crise econômica brasileira. A curto prazo, porém, insistiu, "o importante é esquecer a política e pensar no Brasil, procurando conter a carestia, a inflação".

paradigma para o sistema financeiro oficial. Por isso, o que foi feito tem de ser bem feito", informou Cardoso. O governador é da opinião de que a reforma bancária não deveria permitir "mais de uma agência de banco oficial em cada cidade".

Especificamente sobre o Banco do Brasil, defendeu sua transformação em "banco de fomento", voltando-se atrás, em consequência, na orientação definida recentemente para a instituição, que foi de redirecioná-la para o mercado dos bancos comerciais.

No campo político, o governador mineiro voltou a manifestar-se a favor dos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. Isto, não tanto devido à pessoa do presidente, mas, principalmente, devi-

do às reais possibilidades de se promover uma eleição presidencial ainda neste ano. "Não daria tempo, devido às modificações que deverão ser feitas na legislação ordinária, após a definição da nova Constituição brasileira", explicou.

A curto prazo, Cardoso é também contrário ao lançamento de quaisquer candidaturas à Presidência da República antes da elaboração definitiva da Carta Constitucional. E considera correta a iniciativa do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, de propor um "armistício" ao presidente Sarney, com o objetivo de acelerar os trabalhos da Constituinte.

"Tenho a certeza de que o bom senso vai predominar (entre eles)", comentou.

Lula articula reunião de líderes partidários

Uma reunião de todos os presidentes de partidos políticos, para apresentar à Nação um pronunciamento sobre a crise política e institucional, está sendo articulada pelo presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, e pelo líder do PDT na Constituinte, Brandão Monteiro.

Já foram contatados, e consideraram a idéia interessante, os presidentes do PDS, Jarbas Passarinho; do PL, Alvaro Valle; e do PFL, Marco Maciel. Lula ficou encarregado de fazer o convite ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães.

O motivo da realização do encontro é produzir um documento em que os partidos políticos se pronunciem

em defesa das instituições democráticas. Os articuladores acreditam que as forças políticas precisam colocar sua opinião sobre o desenvolvimento da crise político-institucional, evitando que tudo fique restrito a um jogo do qual só participam Ulysses e o presidente Sarney, relatou a Agência Globo.

Brandão Monteiro acha que Ulysses fez bem em querer defender a Constituinte, mas errou na forma como fez. A comparação dos ex-ministros militares aos "Três Patetas" foi extremamente infeliz, segundo o líder do PDT, porque "não se trata de uma crítica política, mas de uma opinião pessoal e de cunho autoritário".

A proposta de Delfim

O deputado Antonio Delfim Netto (PDS-SP) defendeu ontem uma racionalização nos trabalhos da Constituinte para que possa ser promulgada realmente no prazo pretendido pelo deputado Ulysses Guimarães, 21 de abril.

"O dr. Ulysses está querendo acelerar os trabalhos e acho que ele é um homem que conduz a assembleia com eficiência, acho que se ele realmente decidir trabalhar de manhã e de tarde nós vamos votar. O que não pode fazer é essa tolice. Trabalha-se, realmente, das 17 às 21 horas, e o pes-

soal fica de manhã dormindo, depois vai para o almoço. Devíamos começar na segunda-feira às 8 horas e ir até as 21 horas. Depois, como todo sujeito normal, no fim de semana ir para casa.

Não é preciso trabalhar como se trabalha, das 17 às 21 horas e depois ficar brincando de convocar sábado e domingo, que vai fazer festa. Vamos fazer como todo cidadão normal, pois isso não vai matar ninguém e a Constituição vai ser promulgada tranquilamente" — desabafou Delfim à Agência Globo.

SUCESSÃO

Arraes apóia Ulysses

Depois de fazer um empoado discurso durante a posse dos novos secretários Tânia Bacelar, da Fazenda, e Cláudio Marinho, do Planejamento, onde convo-

cou mais uma vez todos os seus assessores para lutar e resolver os problemas do estado, o governador Miguel Arraes negou que esteja se articulando para sair candidato a Presidente da República pelo PMDB ou por qualquer outro partido político.

Arraes disse que jamais se lançou candidato a presidente como chegou a ser noticiado e não vê a possibilidade de seu nome vir a ser convocado pelo PMDB para disputar a Presidência da República. Segundo ele, suas atenções estão mais voltadas no momento para os problemas do estado e do País. Arraes disse que o seu papel agora é unir o povo e administrar o Estado, para que Pernambuco tenha voz nas grandes decisões nacionais, relatou a agência Globo.

Indagado se estaria disposto a apoiar o nome do deputado Ulysses Guimarães para presidente, Arraes disse que se trata de uma grande personalidade do partido e de um defensor da democracia e por isso apoiará o presidente da Constituinte, caso seu nome seja indicado pelo PMDB.